

O Banco do Brasil pode parar totalmente

Os funcionários de empresas estatais de todo o País continuam mobilizados e ameaçando entrar em greve, caso os prometidos cortes nas despesas de custeio das estatais atinjam diretamente os trabalhadores, com a adoção de medidas de redução e eliminação de benefícios e vantagens salariais. A mobilização maior é a dos bancários, especialmente os funcionários do Banco do Brasil, que, em São Paulo, prometem paralisar todas as atividades, até mesmo o serviço de compensação, se as medidas anunciadas forem concretizadas por meio de decreto presidencial.

Os dirigentes das principais empresas estatais — Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil, Telebrás e Companhia Vale do Rio Doce — fizeram ontem um apelo ao ministro Delfim Neto, do Planejamento, para que os cortes nos benefícios dos funcionários dessas empresas não sejam "tão drásticos e dramáticos" como vem sendo divulgado pela imprensa. A informação sobre o pedido feito na reunião com Delfim Neto — que durou mais de quatro horas — foi prestada pelo presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki. Ele disse ainda que todos os dirigentes pediram a Delfim Neto para que os funcionários das estatais não tenham seus ganhos limitados a apenas 13 salários por ano, como acontece em todas as empresas privadas do País.

Os sindicatos de bancários de todo o País devem realizar assembleias gerais, hoje, para protestar contra os cortes nas estatais, e permanecerão em "estado de alerta" até a divulgação do decreto presidencial

com as medidas, segundo informou ontem, em Brasília, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, Contec, Wilson Gomes de Moura.

Representantes de funcionários do Banco do Brasil de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Distrito Federal reúnem-se hoje em Brasília, para examinar as medidas já divulgadas pela imprensa e aguardar a decisão final do governo. "Caso se concretizem as medidas até agora anunciadas, os bancários poderão paralisar as suas atividades; mas a greve não é a primeira nem a única solução, porque queremos negociar antes de qualquer decisão", afirmou Wilson Gomes.

Em São Paulo, no entanto, a greve está decidida desde quinta-feira passada, segundo informou um dos coordenadores do comando de greve do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo. Se o governo assinar esse novo "pacote", diz o coordenador, deverão entrar em greve sete mil funcionários do Banco do Brasil, até mesmo o pessoal de compensação. Ele calcula que, em todo o Estado, deverão paralisar suas atividades 12 mil trabalhadores, "incluindo aí os funcionários de outras estatais, como a Petrobrás e o Banco da Amazônia, que também estão em estado de greve".

Os funcionários já têm nova assembleia marcada para hoje, a fim de discutir os rumos da mobilização. E o comando de greve faz questão de deixar claro que não está "lutando para a manutenção de mordomias ou benefícios que as estatais suposta-

mente dão aos funcionários. A questão é que o governo vem anunciando que quer extinguir a complementação de aposentadoria, por exemplo, e isto não é justo, porque não é um benefício: os funcionários contribuem mensalmente para uma caixa de previdência com 3% de seu salário, para a complementação. Ou seja, não existe benefício, mas um fundo criado e mantido pelos próprios funcionários".

Além disso, destaca o representante do comando de greve, o governo acenou com a possibilidade de cortar a gratificação dos funcionários, que hoje gira em torno de 25% do salário. "Mas essa gratificação está incorporada ao salário há 27 anos e, na verdade, faz parte dele."

Após um demorado encontro com o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Otávio Medeiros, no Palácio do Planalto, o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Collin, disse ontem em Brasília não ser contrário às manifestações dos funcionários do banco em defesa das gratificações salariais. Collin pediu, no entanto, que seus subordinados não se precipitem, pois confia que a decisão final do governo será favorável. Ele negou que tenha discutido o assunto com o general Medeiros, mas não revelou qual a razão do encontro. A polêmica em torno das vantagens salariais dos funcionários do Banco do Brasil foi assunto, porém, de uma demorada reunião que Collin disse ter tido com o ministro chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, na sexta-feira passada. Nesse encontro, o presidente do Banco do Brasil ponderou que o banco já perdeu

várias causas trabalhistas referentes à retirada de benefícios e vantagens salariais de funcionários.

Já o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, afirmou ontem que as medidas até agora anunciadas no pacote das estatais, "à primeira vista, não estão fortes como se imaginava". Ele não quis comentar a movimentação dos trabalhadores nem a possibilidade de haver paralisações em todo o País, em decorrência do corte.

Na Baixada Santista, os líderes de importantes empresas estatais, como a Petrobrás e a Cosipa, estão propondo uma greve geral como forma de protesto contra a decisão de cortes nas estatais. Os trabalhadores da Cosipa farão amanhã à noite uma assembleia para encaminhar o movimento grevista, e os petroleiros, petroquímicos, portuários e funcionários do Banco do Brasil confirmam que farão reuniões semelhantes. Ainda esta semana, será marcada uma data para uma reunião intersindical, onde deverá ser tomada uma posição conjunta a respeito do assunto. A idéia é fazer um movimento nacional e, com esse objetivo, dia cinco de julho próximo haverá uma reunião do Secretariado Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais, no Rio.

Para o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Santos e São Sebastião, Pedro Sampaio, o que o governo está pretendendo é "avançar sobre as conquistas de milhares de trabalhadores das empresas estatais, tentando fazê-los aparecer aos olhos dos demais trabalhadores brasileiros, erroneamente, como privilegiados".